

ATAS DAS **COORDENAÇÃO:**
ANA DANIEL, CARLOS CERQUEIRA, JOÃO
JOSÉ PINTO FERREIRA, MIGUEL TORRES
PRETO, PAULO AFONSO, RUI QUARESMA

II JORNADAS **ENSINO**
DO EMPREENDE-
DORISMO INSTITUTO
PEDRO NUNES
EM PORTUGAL

6 DE SETEMBRO DE 2016 — COIMBRA

EDIÇÃO INSTITUTO PEDRO NUNES



Universidade do
Minho



UNIVERSIDADE
DE ÉVORA

• U



C •



universidade
de aveiro

TÍTULO

Atas das II Jornadas Ensino do Empreendedorismo

EDIÇÃO

Instituto Pedro Nunes. Associação para a Inovação e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia

COORDENAÇÃO

Ana Daniel, Carlos Cerqueira, Joao José Pinto Ferreira, Miguel Torres Preto, Paulo Afonso, Rui Quaresma

DESIGN CAPA

FBA. – Ferrand, Bicker & Associados

ISBN

978-989-97004-3-7

setembro 2016

As Cooperativas como meio de incentivo ao Empreendedorismo Social

Fátima Bento ¹, Ana Paula Monte ².

1) Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

a33249@alunos.ipb.pt

2) Instituto Politécnico de Bragança, UNIAG e NECE, Portugal

apmonte@ipb.pt

Resumo

A Economia Social encontra hoje um ambiente propício ao seu desenvolvimento, as crises económicas associadas aos emergentes problemas sociais conduziram a uma consciencialização da importância do seu papel que associado ao empreendedorismo social e às empresas sociais se apresentam como soluções aos problemas atualmente patentes na sociedade.

A relação e dinâmica entre Economia Social, Empreendedorismo Social e as Empresas Sociais do tipo Cooperativa, oferecem uma solução social a uma sociedade e mercado fragilizado. Neste ambiente não é aconselhável as instituições de ensino ficarem alheias a esta realidade que as envolve, pelo que devem preparar os seus alunos para um mercado de trabalho em constante mutação. Assim o ensino deve assumir-se como um mecanismo eficaz de consciencialização do potencial das respostas de cariz social, traçando as metodologias necessárias para o conseguir realizar. Revelando-se imprescindível a adequação das pedagogias, primordialmente no ensino superior, para melhor preparar os indivíduos facilitando a sua integração no mercado do trabalho e permitindo a criação de novas soluções sociais para os seus problemas.

As Cooperativas, movimento secular pela mudança e melhoria do paradigma social, afiguram-se meio fulcral de incentivo ao Empreendedorismo Social, como resposta organizacional e como potenciadora do Empreendedorismo Social. Justificando-se a sua introdução nas unidades curriculares do ensino superior, bem como nas suas metodologias, devendo o seu ensino ser marcadamente prático e adequado às suas especificidades, integrando-se a par da Economia, da gestão e do empreendedorismo tradicional.

Impõe-se neste enquadramento global atual uma afirmação do ensino da Economia Social, do Empreendedorismo Social e do Cooperativismo, para tal é fundamental a democratização do ensino, que deve possibilitar aos alunos a liberdade de escolherem um caminho social para o seu futuro.

Palavras chave: Cooperativas, Economia Social, Empreendedorismo Social, Ensino.

1. Introdução

A Economia Social encontra-se hoje presente como uma forma reafirmada, associada ao empreendedorismo social potenciador de soluções para os crescentes problemas sociais e como resposta às falhas do mercado. Ressurgindo o cooperativismo que se associa ao empreendedorismo social, possibilitando novas dinâmicas e oportunidades auxiliado por um

reconhecimento institucional favorável ao seu crescimento.

Neste enquadramento propõe-se a realização de um trabalho teórico com alguns contributos empíricos, com o intuito de relacionar o papel do cooperativismo enquanto meio de incentivo ao empreendedorismo social e ao seu papel no ensino.

A orientação deste trabalho pauta-se pela resposta às seguintes questões de investigação:

1. Qual é o papel das cooperativas no incentivo do empreendedorismo social.
2. Qual o contributo do modelo e diretrizes do cooperativismo no ensino do empreendedorismo social.
3. Como podem as organizações de ensino promover as diretrizes cooperativas e a opção de um empreendedorismo social.

A estrutura do trabalho a apresentar será composta numa primeira parte por uma análise do estado da arte do cooperativismo como modelo legitimado e promotor do empreendedorismo social, recorrendo a uma revisão de literatura.

Numa segunda parte propõe-se a apresentação de algumas formas para a introdução desta vertente social no ensino em geral e no ensino do empreendedorismo em específico. Para tal será também realizada uma revisão de literatura complementar. As conclusões retiradas desta análise permitirão complementarmente encetar algumas sugestões para o ensino do cooperativismo como meio de empreendedorismo social e ainda a descrição de meios concretos para o fomento dos ideais cooperativos no ambiente académico, nas relações escolares dos alunos e posteriormente nas relações laborais.

Em forma de conclusão serão apresentadas algumas reflexões e contributos contrapondo a realidade do ensino, especificamente o universitário, e o caminho que ainda pode ser percorrido para melhor adequar e capacitar os alunos, bem como outros intervenientes, para as novas oportunidades do mercado.

2. Da Economia Social ao Empreendedorismo Social

A Economia Social, Empreendedorismo Social e Empresas Sociais, conceitos teóricos amplamente divulgados pelas mais diversas instituições, representam uma retoma e apoio a um conceito de sobreposição e valorização humana sobre motivações financeiras ou de capital, que já vinha a ser preconizado, desde os últimos séculos, pelo movimento cooperativo. Desta forma, um enquadramento legal mais específico e uma aposta numa Economia que também deve ser Social vem proporcionar uma nova roupagem às propostas sociais, assumindo-as como uma solução válida e recomendável a um mercado caracterizado por crises económicas persistentes.

Em consonância é possível verificar que a *“Economia Social vê mais justificada a sua razão de intervir como fonte de superação de bloqueios à criação de emprego, demonstrando a eficácia e eficiência dos seus recursos quando Estado e mercado falham, em circunstâncias em que a coesão social está mais em perigo”*(Correia, 2014, p. 8).

Em Portugal a Economia Social encontra-se enquadrada pela Lei de Bases da Economia Social, Lei nº 30/2013 de 8 de Maio, para a qual a Economia Social *“tem por finalidade prosseguir o interesse geral da sociedade, quer diretamente quer através da prossecução dos interesses dos seus membros, utilizadores e beneficiários, quando socialmente relevantes”* (artigo 2º alínea 2). Nesta dinâmica é possível encontrar no ordenamento jurídico português as cooperativas, alínea a) do artigo 4º, atualmente considerada uma forma legal de empresa social, orientada por um conjunto de princípios como *“o respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade.”* (Lei de Bases da Economia Social, 2013, sec. alínea e) do artigo 5º). A relevância estatal da Economia Social, reflete-se ainda pela diretriz normativa de *“incentivar a investigação e a inovação na economia social”*(Lei de Bases da Economia Social, 2013, sec. alínea d) do artigo 10º)

Para a comunidade europeia existe uma relação indissociável entre os conceitos, pelo que *“o conceito de empreendedorismo social, (...) associa-se ao conceito de economia social, centrando-se na figura da organização, surgindo a empresa social como síntese dos conceitos empreendedorismo social e economia social, socialmente empreendedora”* (Almeida, 2013, p. 71). Pelo que o empreendedorismo social integra a realidade da economia social que se consubstancia em termos organizacionais através das empresas sociais, três conceitos distintos mas inter-relacionados no seu papel social face ao mercado e seus intervenientes.

Por sua vez, o empreendedorismo como conceito explícito e abrangente, sendo ele empreendedorismo social ou simplesmente empreendedorismo, tem assumido de forma progressiva uma crescente importância no mercado e como resposta às suas necessidades de desenvolvimento e criação de novas oportunidades. Entre as várias definições deste conceito é possível afirmar que *“o empreendedorismo deve ser entendido no seu sentido mais lato como a capacidade para transformar ideias em ações”* (Sojdrivá, 2015, p. 5). Esta capacidade podendo ser mais ou menos inerente ao indivíduo, e para qual se tem revelado significativo o papel do ensino como intermediário e potenciador das capacidades necessárias para empreender na transformação de ideias em ações, desta forma *“as competências empresariais podem ser aprendidas”*(Sojdrivá, 2015, p. 6) como da mesma forma *“a educação para o empreendedorismo (...), pode ter um impacto muito positivo na vida das pessoas e na sua*

empregabilidade, bem como nas taxas de empresas em fase de arranque e nas taxas de sobrevivência das empresas;” (Sojdrivá, 2015, p. 6)

Segundo Oliveira e Simões (2010) o empreendedorismo social é uma combinação entre o empreendedor tradicional e uma vontade de mudança social, isto é, a *“criatividade, determinação e, acrescentemos, a necessária visão de sustentabilidade de um empreendimento tendo como parâmetros de atuação e eficiência e eficácia”* à qual se acrescenta uma visão social traduzida numa *“genuína motivação pessoal no sentido de mobilizar pessoas que se encontram abaixo do limiar da pobreza e/ou em situação de exclusão para iniciativas mercantis, (...) conferindo-lhes uma voz ativa na construção de uma autêntica Economia Social.”*(Oliveira & Simões, 2010, p. 11).

Uma das preocupações principais dos vários autores sobre esta matéria passa pela necessidade de caracterizar e identificar o papel diferenciado do empreendedorismo social e do próprio empreendedor social (Almeida, 2013; Austin, Stevenson, & Wei-Skillern, 2006; Oliveira & Simões, 2010). Ao qual se associa a promoção do desenvolvimento local sustentável e uma ferramenta de justiça social e inserção social. Podendo-se afirmar que o empreendedorismo social, especificamente através do cooperativismo é uma forma prática de empreender projetos comuns que visam não só o melhoramento da qualidade de vida dos seus membros como levar esse melhoramento a todas as partes interessadas que envolverão a organização. Já que o empreendedor social é um empreendedor coletivo ao qual a sua performance é avaliada através das suas ações, do impacto social delas. (Félix, Alves, & Sirghi, 2012)

Desta forma, o seu principal vetor é o tratamento do problema social, para o qual a empresa social se apresenta como uma opção ajustada de forma organizacional (Austin et al., 2006). Apresentando-se assim *“ o empreendedorismo social enquanto sentimento genuíno das populações para chamarem a si a busca de soluções realistas para os problemas socioeconómicos que as atingem”* (Oliveira & Simões, 2010, p. 13). Que permitirá por sua vez, *“a fertilização do conhecimento de génese local com conhecimento de origem externa favorecida pela partilha de um ambiente cooperativo”* (Oliveira & Simões, 2010, p. 13), resultando da combinação desta vontade e cooperativismo a materialização do *“ instrumento basilar da Economia Social e de afirmação daquela afinidade”*(Oliveira & Simões, 2010, p. 13)

A atual dinâmica do mercado global e das crescentes preocupações com a justiça social e a sustentabilidade colocam o empreendedorismo social junto de soluções novas e/ou reajustadas, que em termos concretos *“ao nível organizacional enquanto processo composto por práticas de gestão e de intervenção desenvolvidas por organizações sem fins lucrativos”* (Lopes et al., 2014, p. 48), sendo a criação de valor social a sua vocação central (Lopes et al., 2014). Assim

torna-se essencial que a educação para o empreendedorismo incorpore no seu âmbito “*uma dimensão social que inclua o ensino sobre o comércio equitativo, as empresas sociais e os modelos empresariais alternativos, nomeadamente cooperativas, com vista a alcançar uma economia social inclusiva e sustentável*” (Sojdrivá, 2015, p. 5). O empreendedorismo com um caráter social ajusta-se às novas necessidades de mercado, e à Economia que precisa ser também uma Economia Social, revelando-se fulcral no “*funcionamento das economias desenvolvidas, em grande parte porque a economia social tornou-se fundamental nas sociedades modernas como resultado, por um lado do envelhecimento da população e, por outro, devido às dificuldades orçamentais*” (Oliveira & Simões, 2010, p. 11).

Associa-se ao empreendedorismo social a inovação social que pode ser delimitada como um “*modelo de intervenção (...): i) dimensão processo que atua de acordo com determinadas exigências de princípios que regem os procedimentos; ii) dimensão resultado ou produto*” (Lopes et al., 2014, p. 251). O que transforma estes indivíduos em intervenientes diretos na criação de respostas criativas. Transpondo a sua “*ação, a capitalização de oportunidades à escala local ou global, (...) para a formação de modelos sociais sustentados e mais equilibrados (...), e a promoção da equidade*”. (Félix et al., 2012, p. 33).

A conceptualização teórica do Empreendedorismo Social encontra-se povoada de perspetivas díspares sobre o próprio conceito, orientadas por diversas escolas de pensamento, que apresentam atualmente uma tendência de aproximação, convergindo no empreendedor como indivíduo central, nas questões de sustentabilidade financeira das organizações, iniciativas, e nas soluções inovadoras (Lopes et al., 2014).

Em suma, o empreendedorismo social apresenta-se e representa uma prática ferramenta transversal que permite entre outros “*a preservação ambiental a criação de valor nas empresas e a criação de oportunidades para jovens e desempregados*” (Félix et al., 2012, p. 139). Em que ser um empreendedor social vai para lá de um simples empreendedor, ou seja, “*ser um empreendedor social é um desafio normativo de vida*” (Félix et al., 2012, p. 33).

3. Relação entre o Empreendedorismo Social e o cooperativismo

As empresas sociais não possuem uma definição universal, no entanto o conceito é utilizado na Europa para demarcar uma “*forma diferente de fazer negócio*” (*Social Economy and Social Entrepreneurship*, 2013, p. 31), ocorrendo quando as empresas são criadas com uma missão e objetivos sociais. Demarcando-se ainda estas organizações de outras formas de associação pelas suas fontes de receita, que advêm do decorrer da sua atividade. A posição destas empresas, por norma próximas dos seus utilizadores e localmente enquadradas permite-lhes a identificação de

necessidades emergentes da sociedade, potenciando-se nesta relação, novas, inovadores e mais imediatas respostas às mesmas. Para tal é fundamental a missão social que as define, o que combina com a sua inerente natureza empreendedora, sendo esta ligação que permite a proliferação de inovações sociais. As empresas sociais através da sua vocação social distanciam-se das outras formas de empresas, como exemplifica o reinvestimento significativo dos resultados obtidos no decorrer da atividade na própria organização para apoiar a sua missão social (*Social Economy and Social Entrepreneurship*, 2013, p. 32).

As Cooperativas como Empresas Sociais afiguram-se como um promotor local do empreendedorismo social, podendo as suas relações conjugar-se de duas formas. Isto é, a criação de uma cooperativa traduz-se numa forma organizacional adequada às necessidades do empreendedor social e as próprias cooperativas perscrutam na sua génese o empreendedorismo social, seja na promoção dos ideais cooperativos junto da comunidade seja no apoio a novos empreendedores sociais e novas cooperativas.

A Aliança Cooperativa Internacional define os valores do cooperativismo, afirmado que:

“As Cooperativas são baseadas em valores de auto-ajuda, auto-responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Na tradição dos seus fundadores, os membros da cooperativa acreditavam nos valores éticos da honestidade, abertura, responsabilidade social e preocupação pelos outros” (ICA 2012).

Estes valores do cooperativismo apresentados são por conseguinte uma clara resposta quanto ao modelo de negócio necessário ao empreendedor social. O modelo organizacional partilhado, potenciador de autonomia e autodesenvolvimento, a justiça social e paridade que o caracteriza e ainda a inerente associação ao conceito de sustentabilidade, explica a adequação do modelo cooperativo às necessidades do empreendedor social. Estabelecendo-se desta forma uma estreita ligação entre o modelo cooperativo, seus objetivos e a escolha da forma de constituição legal por parte do empreendedor social que se encontra em consonância com as suas próprias orientações “ *missão social traduzida na criação de valor social, impacto social, inovação social, sustentabilidade e recursos financeiros, modelo de governança e modo de apropriação do valor económico* ” (Almeida, 2013, pp. 71–72).

Prefigura-se assim a mesma distanciação e diferenciação entre o que separa o modelo cooperativo do modelo das sociedades comerciais, e o que distingue o empreendedor social do empreendedor tradicional, ou seja “*diferenças na missão (...) que se manifestará em várias áreas da gestão da organização e na motivação pessoal*” (Austin et al., 2006, p. 3). Acrescendo ainda “*a mobilização de recursos humanos e financeiros (...) que levará a diferenças*

fundamentais na abordagem na gestão dos recursos financeira e humanos” (Austin et al., 2006, p. 3), e que resultará na pertinência do *“cálculo da performance do impacto social”* (Austin et al., 2006, p. 3) como diferenciação fundamental. Representam estes, um papel importante no desenvolvimento de um modelo socioeconómico inteligente, sustentável e inclusivo (*Social Economy and Social Entrepreneurship*, 2013).

Se por um lado as cooperativas são o modelo organizacional que justificadamente se adequa ao resultado do empreendedorismo social, elas são por outro o seu aliado mais forte. Por conseguinte, as cooperativas, através dos seus princípios, preconizados pela Aliança Cooperativa Internacional e no caso Português possuindo mesmo um vínculo legal através do Código Cooperativo, impulsionam o empreendedorismo social, incentivando a criação de novas cooperativas auxiliando e promovendo os empreendedores sociais. Desta forma, o cooperativismo é não só uma resposta de economia social aos empreendedores sociais como é também um dos seus promotores.

Especificamente é possível identificar estes fatores em três dos seus 7 princípios cooperativos (no 5º, 6º e 7º princípio), isto é, como referem esses princípios:

5º Princípio: Educação, formação e informação. *“As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos, dos dirigentes e dos trabalhadores, de modo a que possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento das suas cooperativas. Elas devem informar o grande público particularmente, os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação”* (Kurimoto et al., 2015, p. 57).

6º Princípio: Intercooperação. *“As cooperativas servem os seus membros mais eficazmente e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais”* (Kurimoto et al., 2015, p. 71)

7º Princípio: Interesse pela comunidade. *“As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos membros”* (Kurimoto et al., 2015, p. 85).

Conforme descrito nos princípios acima referidos, o empreendedorismo é em primeiro lugar encetado pelo exemplo que a própria cooperativa deve representar na comunidade, uma opção viável a novas oportunidades. Assume-se neste seguimento, que *“as cooperativas socialmente empreendedoras serão fundamentais para contrariar o desemprego estrutural que afecta as economias locais, particularmente em regiões deprimidas, na medida em que ao contribuírem para a valorização do território estarão a promover a construção de um meio socialmente inovador”* (Oliveira & Simões, 2010, p. 1).

Ao que adicionalmente se deve referir que *“a missão das cooperativas assenta na intenção voluntária de cooperação (...) legitimados nas aspirações das populações, na sua dignidade, na sustentabilidade e satisfação das suas necessidades económicas, sociais e culturais comuns.”* (Oliveira & Simões, 2010, p. 12). Indo de encontro às necessidades das populações e tal como aconselhado pelo próprio Comité Económico e Social Europeu para o qual *“as empresas sociais desempenham um papel fundamental enquanto força motriz da inovação social”* (Comité Económico e Social Europeu, 2012, p. 46) com enfoque no *“bem comum e ao interesse geral das comunidades”* (Comité Económico e Social Europeu, 2012, p. 46) e com uma *“função de promoção de coesão social através de bens ou serviços produzidos em coerência com o objetivo de alcançar uma maior sustentabilidade económica, social e ambiental.”* (Comité Económico e Social Europeu, 2012, p. 46).

As cooperativas continuam a contribuir para o desenvolvimento socioeconómico, bem como para um crescimento sustentado do emprego e ainda para uma distribuição equitativa de riqueza, tanto em países industrializados como em desenvolvimento (*Social Economy and Social Entrepreneurship*, 2013). Há portanto um caminho aconselhável aos empreendedores sociais, que poderá passar pela sua ligação e relacionamento com as cooperativas, que potenciam novas respostas a velhos problemas e auxiliam novos e velhos negócios a reinventarem e a aplicar o seu espírito empreendedor sob o prisma social. Pelo que o abrangente empreendedorismo e mais especificamente o empreendedorismo social *“não serão certamente projectos simples, mas são uma via promissora da renovação da intervenção social”* (Quintão, 2004, p. 22) e para além disso ainda um produtor de *“oportunidades do mercado de trabalho, (...) de formas alternativas de produção económica e de participação social e democrática”* (Quintão, 2004, p. 22).

O potencial do empreendedorismo social concretiza-se, em acordo com o anteriormente apresentado, na criação de uma cooperativa onde o empreendedor social encontrará o ambiente propício e necessário ao desenvolvimento do seu projeto social e à multiplicação de novas inovações sociais.

4. O ensino do cooperativismo como promotor do Empreendedorismo Social

É reiteradamente afirmado que o empreendedorismo é crítico para o desenvolvimento e sucesso económico dos países, sendo ainda reconhecido que a sua educação prefigura um componente primordial na cultura empresarial dos indivíduos, enquanto estudantes e depois como empresários permitindo a criação de oportunidades empresariais (Hannon, Collins, & Smith, 2005). Desta forma revela-se determinante a educação do empreendedorismo, que deverá ser

desenvolvido nos currículos universitários como um “*componente robusto e credível, exigindo uma evolução e inovação teórica e conceptual das práticas do empreendedorismo*” (Hannon et al., 2005, p. 12). Aconselha-se assim que a abordagem no ensino superior deve assumir um papel mais presente e transversal, intentando em novas soluções mais apropriadas às necessidades concretas dos empreendedores.

O ensino do empreendedorismo permite indivíduos mais preparados para os desafios do mercado, “*conduz a um nível mais elevado de empregabilidade, melhora as competências e atitudes empresariais conducentes a mudança (...) um maior interesse pelo empreendedorismo e ao pensamento criativo*” (Sojdrivá, 2015, p. 20).

É possível identificar através da revisão de literatura algumas linhas relativas a novas formas de ensinar o empreendedorismo (Figura 1). Uma aprendizagem experimental, o ensino realizado através das organizações permitindo aos alunos integrar as atividades da mesma após terminarem os estudos, recorrendo a formas mais flexíveis e criativas (Hannon et al., 2005, p. 15). Brock e Steiner (2009) colocam um enfoque no empreendedorismo social, e propõem duas abordagens pedagógicas reiteradamente práticas, associadas a contextos de aprendizagem prática, ou pelo menos próximas do terreno de intervenção. Referem-se à aprendizagem experiencial e à aprendizagem de serviço, a primeira traduz-se no planeamento e construção de projetos piloto ou protótipos de empreendedorismo social, a segunda realizada mediante a prestação de serviços à comunidade. Seguindo esta linha de pensamento destes autores McGreevy e Heagney (2009) afirmam ainda que as adequadas abordagens pedagógicas são um meio concreto para a aprendizagem de competências-chave. Competências (Figura 1) que vão desde o desenvolvimento de conhecimentos específicos a qualidades específicas dos empreendedores (Lopes et al., 2014). Por sua vez, estas práticas pedagógicas, articulam um conjunto de atividades curriculares e extracurriculares, que estimulam a consciencialização por parte dos estudantes das suas capacidades, permite o desenvolvimento de ferramentas e recursos válidos para as suas comunidades, resultando num incremento motivacional produzido pelo resultado obtido na relação com a comunidade, isto é pela criação de valor social efetivo nas comunidades, através dos seus projetos (Lopes et al., 2014). Sendo ainda possível encontrar referências que a educação para o empreendedorismo social deve ser construída a partir da educação para o empreendedorismo em geral, com uma tónica na linguagem e nos aspetos gestionários relativos à empresa social. Outro exemplo desta lógica normativa é a reportada utilização de diversas técnicas, clássicas no contexto da educação para o empreendedorismo, tais como a elaboração de planos de negócio, a análise de estudos de caso, as entrevistas a empreendedores sociais, a consultoria a organizações do setor social ou o estudo de métricas de impacto social e económico. O empreendedorismo social parece pressupor, desde logo, a

necessidade de uma formação mais abrangente e diversificada (Lopes et al., 2014, p. 361). Outros propõem o recurso ao ensino no qual são replicados *“saberes, conceitos e estratégias, requalificando competências rumo à sustentabilidade”* (Félix et al., 2012, p. 146).

As instituições de ensino, especificamente as de ensino superior, são uma importante via na orientação dos alunos para o empreendedorismo, associada a uma renovada consciencialização do papel do ensino como instrumento que pode coordenar e despoletar novas iniciativas, papel para o qual se perfilha *“uma visão sistémica que coloca a educação ao serviço da mudança social”* (Lopes et al., 2014, p. 358).

A educação prefigura-se, desta forma, como um mecanismo central e incentivador para a mudança social, tendo surgido neste contexto iniciativas educativas que propõe dar respostas aos diversos problemas sociais presente. Ou posto de outra forma, *“fazendo da educação formal e não formal um campo fértil para a criação e divulgação de iniciativas sociais inovadoras, na medida em que é através da aprendizagem significativa que os indivíduos formam e mobilizam novas atitudes”* (Lopes et al., 2014, p. 357). É por conseguinte clara a importância do ensino do empreendedorismo para sua prevalência e disseminação, sendo pertinente encontrar respostas ajustadas por parte do ensino. Pelo que são apresentadas algumas etapas de acordo com as autoras (ver Figura 2) e com base na revisão de literatura serão um caminho adequado para o ensino do empreendedorismo social associado ao ensino do cooperativismo.

Desta perspetiva, o empreendedorismo social, em acordo com o anteriormente evidenciado, associa-se de forma intrínseca com o modelo cooperativo, podendo afirmar-se que o ensino do empreendedorismo social passa pelo ensino do próprio modelo cooperativo.

A relação assumida nesta investigação entre o empreendedorismo social e o cooperativismo e sua promoção via ensino percorre um caminho que leva da valorização social destes às formas como o ensino se deve relacionar com as mesmas, percorrendo quatro etapas, de seguida propostas, para o seu ensino.

Desenvolvimento de conhecimentos específicos (Valadares & Moreira, 2009)		Desenvolvimento de qualidades específicas dos empreendedores (Lopes et al., 2014, p. 365)
Conhecimentos declarativos:	Dizem respeito ao domínio de temáticas, conceitos, teorias e leis,	A visão estratégica, crítica e criativa, orientada pela sensibilidade às necessidades sociais e focada na procura de soluções pouco óbvias.
Conhecimentos atitudinais:	Relativos à formação de atitudes e valores.	A resiliência necessária para fazer face à escassez de recursos e às adversidades que um empreendimento social enfrenta.
Conhecimentos procedimentais:	Definidos como a capacidade de executar.	O autoconhecimento, associado a um discernimento e autoconfiança, que impulsiona a iniciativa e não se enfraquece perante os erros, que são encarados como oportunidades de aprendizagem. O pensamento holístico que permite pensar a complexidade dos fenómenos sociais de forma flexível e integrada, criando desta forma soluções orientadas para a sustentabilidade económica, social e ambiental A atitude colaborativa baseada em capacidades empáticas e de escuta ativa, em competências relacionais, comunicacionais e de networking.

Figura 1:Desenvolvimento de Competências- chave dos empreendedores.

Fonte: Adaptado de (Lopes et al., 2014)

As cooperativas como organização promotora dos empreendedores sociais intervêm já numa amostra selecionada por um conjunto de oportunidades que permitiram o acesso do indivíduo ao empreendedorismo numa vertente social, o que impedem a restante população em aceder ou de pelo menos tomar uma decisão informada aquando da forma do empreendedorismo a escolher. É na própria democratização e paridade do ensino que deve começar o caminho do ensino do empreendedorismo social, sendo fundamental que seja apresentado no decorrer do percurso académico do ensino superior a economia social tal como é, uma economia. Apresentando-se opções curriculares transversais a todas os cursos lecionados, através de unidades curriculares de empreendedorismo que exponham do empreendedorismo ao empreendedorismo social. Esta justiça democrática permitirá uma escolha consciente da forma de empreendedorismo a empreender, bem como um novo olhar sobre um futuro menos individualista.

Por sua vez é importante compreender que uma empresa social do tipo cooperativo, possui particularidades que a distinguem das restantes e que a única forma deste modelo não incorrer

em ineficiências e ineficácias, apontadas por modelos económicos teóricos desajustados, é uma gestão adequada e membros orientados para um objetivo comum. No entanto estes pontos só serão possíveis se os indivíduos aprenderem as suas características, pelo que aqui o ensino representa uma forma essencial para o sucesso do modelo cooperativo.

A aprendizagem do modelo cooperativo, por sua vez, só pode ser efetivada num ambiente adequado aos seus valores, num ambiente aberto, democrático e participativo. Valores fundamentais para o funcionamento cooperativo que devem ser inculcados nos estudantes, para uma cooperativa equilibrada e fundamentalmente para um desenvolvimento sustentado e apoiado nas comunidades locais como resposta para um amanhã mais promissor das comunidades. Indo de encontro ao preconizado por Lopes e al. (2014) para o qual a consciência da perspectiva do outro, a empatia, a ética, o trabalho colaborativo e a partilha são competências que deveriam ser potenciadas desde cedo.

Modelo de implementação proposto pelas autoras	
1ª Etapa	Integração do componente Social no ensino de forma transversal.
2ª Etapa	Ensino do modelo cooperativo.
3ª Etapa	Promoção de um ambiente propício ao ensino do cooperativismo.
4ª Etapa	Adequação dos conteúdos com uma vertente prática ligada às cooperativas.
5ª Etapa	Relação dinâmica entre as Instituições de Ensino e as Cooperativas criando novas oportunidades para os alunos.

Figura 2: Etapas para o ensino do Empreendedorismo Social através do Cooperativismo.
Fonte: elaboração própria.

Adicionalmente ao ambiente e forma de lecionar, será relevante a adequação dos conteúdos e uma componente prática diretamente ligada às cooperativas.

Esta dinâmica em potencial poderá aumentar o número de membros das cooperativas, aumentar o número de cooperativas e ainda paralelamente a criação de projetos multidisciplinares universitários, promovendo a cooperação e dialogo entre os indivíduos e futuros integrantes do mercado de trabalho. Para o qual muito poderá contribuir centros universitários de estudos, incubadoras e seus similares, contributo efetivado através de um concreta apoio técnico, jurídico, logístico e de apoio para a obtenção de financiamento para os projetos. Desta forma as novas propostas resultantes destas sinergias, associadas a estratégias pedagógicas dinâmicas permitirão *“um maior envolvimento institucional da academia junto das comunidades e efetivando a conjugação entre a missão social e a missão pedagógica das universidades”* (Lopes et al., 2014, p. 362), apresentando-se uma resposta às fragilidades atualmente presentes no ensino do empreendedorismo social como mecanismo real para a mudança organizacional e

subsequentemente social.

O caminho a percorrer na promoção do empreendedorismo social relacionando-o com o cooperativismo de uma forma integrada será ainda longo e complexo, uma vez que o paradigma associado às ineficiências e assistencialismo do sector social é percecionado pela sociedade em geral como uma evidência. No entanto a mudança só poderá começar pelas novas gerações e através ensino, que deve assumir o papel de interveniente direto para uma consciencialização social, explicando o potencial das respostas sociais, que deverão ser aceites como respostas legítimas e eficientes a um mercado fragilizado e às necessidades da sociedade.

5. Conclusão

O Empreendedorismo Social como componente da Economia Social afigura-se como um método de empreender para uma mudança social, revelando-se essencial a sua associação ao cooperativismo, como modelo organizacional e como seu promotor.

O Empreendedorismo, e em particular o Empreendedorismo Social possibilita a criação de novas oportunidades no mercado de trabalho, estimula o emprego e reduz os problemas sociais associados às dificuldades de integração laboral. O enfoque no social, isto é num Empreendedorismo Social em detrimento do apenas Empreendedorismo, capacita indivíduos com maior consciência da realidade e da importância de valores como democracia, equidade, igualdade e solidariedade. Valores que se relacionam com a génese do movimento cooperativo cuja associação ao empreendedorismo social permitem, por um lado, a expansão do movimento cooperativo, e por o outro, uma aproximação das novas gerações perpetuando a sua missão global.

Por conseguinte, o ensino, conforme apresentado, é uma via fundamental na transmissão dos conhecimentos, competências e capacidade do empreendedorismo, cujas metodologias adequadas e primordialmente inovadoras e dinâmicas poderão tornar-se na melhor forma de promoção do empreendedorismo. Assim, a escolha das pedagogias revela-se determinante na relação entre o empreendedorismo e o ensino, exigindo o empreendedorismo social uma nova metodologia pedagógica que deverá ser auxiliada pelo cooperativismo como mecanismo de estruturação e desenvolvimento do seu ensino.

É no entanto complexa a senda das instituições de ensino, porque apesar da divulgação e ensino do empreendedorismo e da criação de especializações na área da economia social e do empreendedorismo social, estamos ainda longe de um ensino integrado, e em certa medida democrático, que de forma completa e transversal apresente a todos os alunos do ensino superior a existência da opção por um caminho social para o seu futuro. Verificando-se ainda

um enfoque acentuado no empreendedorismo e nos modelos empresariais das sociedades comerciais, pelo que é necessário um nivelamento e desta forma apresentar-se também o empreendedorismo social e as empresas sociais como resultado viável do empreendedorismo.

Assim, foi proposto um modelo composto por um conjunto de etapas que poderão permitir a introdução desta paridade entre uma Economia e Economia Social e entre um Empreendedorismo e um Empreendedorismo Social que se associa ao modelo organizacional do Cooperativismo. A integração destas etapas no ensino pretendem não só criar um ambiente mais favorável à promoção do empreendedorismo social, mas também conduzir a uma consciencialização de valores sociais, para indivíduos mais socialmente responsáveis e para indivíduos integrados na realidade social envolvente.

Face ao estudo realizado é possível propor algumas linhas de investigação que poderão completar os resultados alcançados. De referir, a realização de uma análise comparativa de instituições de ensino que apenas possuem unidades curriculares de empreendedorismo ou empreendedorismo social e aquelas que possuem ambos, no sentido de compreender de que forma isso afeta as decisões dos alunos no ingresso do mercado de trabalho. Adicionalmente, um projeto piloto no qual se introduzam as etapas propostas verificando se estas permitem obter os resultados esperados, isto é a opção pela criação ou integração de uma cooperativa e qual o seu impacto na comunidade envolvente.

6. Referências

- Almeida, P. C. A. (2013). *A Cooperativa enquanto espaço do Empreendedorismo Social: o caso específico da Cooperativa dos Pedreiros*. Instituto Politécnico do Porto.
- Austin, J., Stevenson, H., & Wei-Skillern, J. (2006). Social and Commercial Entrepreneurship : Same, Different or Both? *Entrepreneurship Theory and Practice*, 30(1), 1–22. Retrieved from <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1540-6520.2006.00107.x/pdf>
- Correia, R. (Ed.). (2014). *Emprego e Empreendedorismo Social na Região Autónoma da Madeira: novas abordagens, em contexto de crise*. Espaço e Desenvolvimento, Madeira.
- Félix, S., Alves, L., & Sirghi, V. (2012). *Manual do Empreendedorismo Social: uma abordagem sistémica*. (A.-A. I. da R. Oeste, Ed.). Caldas da Rainha: Debatable - Consultadoria Empresarial e Formação Profissional, Lda. Retrieved from <http://www.igfse.pt/upload/docs/2015/ManualEmpreendedorismoSocial.pdf>
- Hannon, P. D., Collins, L. a., & Smith, A. J. (2005). Exploring graduate entrepreneurship and educators. *Industry and Higher Education*, 19(1), 11–23. Retrieved from <http://www.ingentaconnect.com/content/ip/ihe/2005/00000019/00000001/art00003>
- Kurimoto, A., Draperi, J. F., Bancel, J., Novkovic, S., Shaw, L., Wilson, M., ... Cracogna, D. (2015). *Guidance Notes to the Co-operative Principles*. Retrieved from <http://ica.coop/sites/default/files/attachments/Guidance Notes EN.pdf>
- Lei de Bases da Economia Social (2013). Retrieved from

http://www.cases.pt/0_content/sobre_nos/Lei_de_Bases_da_Economia_Social.pdf

Lopes, A., Martinho, A. L., Pais, C., Parente, C., Costa, D., Guerra, I., ... Diogo, V. (2014). *Empreendedorismo Social em Portugal*. (C. Parente, Ed.). Porto: Universidade do Porto - Faculdade do Porto. Retrieved from <http://repositorio-aberto.up.pt/>

Oliveira, P., & Simões, J. (2010). *As cooperativas como agentes de empreendedorismo social na era da economia do conhecimento*. CICES , Santarém 2009. Retrieved from http://repositorio.ipsantarem.pt/bitstream/10400.15/76/1/PedroOliveira_CICES_Santarem2009.pdf

Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre Cooperativas e reestruturações (parcer de iniciativa), C 191 Jornal Oficial da União Europeia 31–38 (2012). Retrieved from http://www.cases.pt/0_content/sobre_nos/legislacao_comunitaria/04LC-Parte-I-EcoSocial-Cooperativas.pdf

Quintão, C. (2004). Empreendedorismo social e oportunidades de construção do proprio emprego. In *Seminário: “Trabalho Social e Mercado de Emprego”, Painel Políticas Sociais e Mercado de Emprego* (pp. 1–24). Porto: Universade Fernando Pessoa, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Retrieved from http://isociologia.pt/App_Files/Documents/working4_101019094043.pdf

Social Economy and Social Entrepreneurship. (2013). *Social Europe guide* (Vol. 4).

Sojdrivá, M. (2015). *Relatório sobre a promoção do empreendedorismo jovem através da educação e da dormaçãp (2015/006(INI))*. Bruxelas. Retrieved from <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A8-2015-0239+0+DOC+XML+V0//PT&language=pt>